

O tema do STF de número 484 trata sobre a a Legitimidade de tribunal de justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal b Possibilidade de concessão de gratificação natalina ou de outras espécies remuneratórias a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio

O tema do STF de número 484 afirma que Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados e O art da Constituição Federal não é incompatível com o pagamento de terço de férias e décimo terceiro salário